Universidade Federal de Santa Catarina

Campus de Araranguá

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENERGIA E SUSTENTABILIDADE

**DEFESA DE MESTRADO**

**Aluno (a): Recieri Scarduelli Neto**

Orientador (a): Profº Dr. Reginaldo Geremias

**Data: 24/10/2018** Horário: 14:00 Local: **Não confirmado** Sala: **Não confirmada**

**Título:** O CONCEITO JURÍDICO DE MEIO AMBIENTE E SUA EFETIVA INSERÇÃO EM ESTUDOS DE IMPACTO AMBIENTAL DO SETOR FOTOVOLTAICO

**Resumo:** O conceito de meio ambiente possui diversas definições, sendo que a doutrina jurídica tem ampla abrangência para o termo, ao considerá-lo em quatro dimensões: natural (solo, água, ar, flora e fauna), artificial (edificações urbanas, rurais e equipamentos comunitários), cultural (patrimônio histórico, artístico, paisagístico, ecológico, científico e turístico) e do trabalho (atividade laborativa, ferramentas, máquinas, operações, agentes químicos, biológicos e físicos, processos, e o local de trabalho). O setor fotovoltaico vem crescendo de forma expressiva no Brasil e, embora seja considerado de fonte limpa e renovável, a literatura científica tem descrito que o mesmo é capaz de provocar impactos ambientais negativos nas diferentes etapas de sua cadeia produtiva. Neste contexto, o ordenamento jurídico brasileiro vem criando instrumentos de proteção ao meio ambiente impactado por esta e outras atividades, especialmente para fins de licenciamento. Dentre eles estão as categorias de Estudos de Impactos Ambientais (EIA), Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), Relatório de Controle Ambiental (RCA) e Estudo Ambiental Simplificado (EAS). Entretanto, tem-se constatado que as pesquisas científicas, a legislação e as diferentes categorias de estudos prévios, comumente, não contemplam todas as dimensões de meio ambiente previstas em seu conceito jurídico, restringindo-o ao meio físico, biológico e socioeconômico. Como consequência, sugere-se que há o comprometimento da devida proteção do meio ambiente a ser impactado por empreendimentos fotovoltaicos. A partir destes pressupostos, o presente trabalho se propôs a avaliar se as dimensões de meio ambiente previstas em seu conceito jurídico estão integralmente contempladas na literatura científica que versa sobre os impactos ambientais do setor fotovoltaico, na legislação federal que trata das exigências de estudos de licenciamento ambiental do setor, bem como em EIA, RIMA, RCA e EAS de 10 (dez) empreendimentos. Os resultados obtidos permitem revelar que a dimensão natural está integralmente contemplada na literatura, legislação e estudos de impacto ambiental, enquanto as demais estão parcialmente inseridas, em maior ou menor grau. Com base nos resultados da pesquisa, foi proposto um conteúdo ambiental contemplando as quatro dimensões de meio ambiente, o qual poderia ser futuramente incorporado a um Termo de Referência voltado para elaboração de estudos ambientais de centrais fotovoltaicas. A expectativa é de que as reflexões presentes neste trabalho e o conteúdo ambiental proposto possam contribuir para o aperfeiçoamento das pesquisas científicas e do ordenamento jurídico voltado aos aspectos ambientais do setor energético em estudo.

**Palavras-chave**: Conceito Jurídico de Meio Ambiente. Setor Fotovoltaico. Impactos ambientais. Licenciamento ambiental. Termo de Referência.

**Banca examinadora:**

Dra. María Ángeles Lobo Recio

Dr. Giuliano Arns Rampinelli

Dr. Yduan de Oliveira May